

As trocas de acusações entre intelectuais na controvérsia pública acerca das cotas raciais

Luiz Augusto Campos *

Resumo: O artigo discute as acusações de impostura intelectual presentes em alguns dos textos que compõem a alcunhada controvérsia das cotas raciais. Publicados na imprensa brasileira e assinados por cientistas sociais, tais textos servem de base para uma discussão sobre os processos de legitimação da figura do "intelectual público" na nossa sociedade. Tradicionalmente, o "intelectual" é visto como aquele personagem social que tenta converter um prestígio propriamente cultural em autoridade política. Nessa condição de mediador, o intelectual é freqüentemente convertido em alvo de crítica, seja por não se engajar suficientemente na política, seja por se submeter em demasia a ela. Inventariar essas críticas é uma forma de entender melhor os valores morais que norteiam o engajamento político do intelectual na esfera pública brasileira.

Palavras-chave: cotas raciais, intelectual público, valores morais, engajamento político, sociologia da crítica.

The accusation exchanges between intellectuals in the public controversy concerning the racial quotas.

Abstract: The article argues accusations of intellectual imposture gifts in some of the texts that compose the call controversy of the racial quotas. Published in the Brazilian press and signed by social scientists, such texts serve of base for a quarrel on the processes of legitimation of the figure of "public intellectual" in our society. Traditionally, the "intellectual" is seen as that social personage who tries to convert a properly cultural prestige into authority politics. In this condition of mediator, the intellectual frequently is converted into target of critical, either for not engaging themselves enough in the politics, either for if submitting in surplus it. To inventory these critical ones is a form to better understand the values moral that guide the enrollment politician of the intellectual in the Brazilian public sphere.

Key-words: racial quotas, public intellectual, moral values, enrollment politician, sociology of the critical one.

* Professor do Departamento de Sociologia Política da PUC-RJ. Doutorando em Sociologia IUPERJ. E-Mail: lascampos@gmail.com

Introdução

Apenas três meses antes da realização em Durban da Conferência Mundial contra o Racismo, a socióloga Rosana Heringer¹ publicava um artigo no jornal *O Globo* em que criticava a ausência de discussões públicas sobre o racismo brasileiro (*O Globo*, 31/5/2001). Para a autora, os brasileiros estariam “perdendo uma valiosa oportunidade de não apenas discutir e propor, mas de colocar em prática medidas específicas que poderiam estar fazendo diferença no que diz respeito ao acesso de grupos específicos aos direitos que são de todos os cidadãos” (*idem*). Aproximadamente um ano depois da publicação do texto de Heringer, o também cientista social José Luis Petruccelli², através de um texto publicado no mesmo periódico, criticava o “sectarismo” que tomava conta da discussão “em voga no momento” (*O Globo*, 7/11/2002) sobre políticas compensatórias para negros. Surpreende o pequeno espaço de tempo que separa a constatação da inexistência de um debate público sobre as minorias no Brasil por Rosana Heringer, da percepção de que este mesmo debate estaria demasiadamente polarizado e inflamado, como se nota no excerto de Petruccelli. Ao que parece, a controvérsia em torno da implantação de ações afirmativas para negros em algumas instituições de ensino superior brasileiras foi suficiente para colocar no centro do debate público um tema visto até então pela opinião pública como secundário.

Outra especificidade da alcunhada controvérsia das cotas raciais é que ela foi capaz de envolver diferentes setores da sociedade, sobretudo, intelectuais acadêmicos ligados às ciências sociais. Relativamente distantes do debate público até então (PEREIRA, 2003, p. 474), vários estudiosos das relações raciais das mais diversas disciplinas tornaram-se protagonistas da controvérsia. Note-se que não estamos falando de uma perspectiva disciplinar comum, levada a público por intelectuais de forma coordenada: quando o assunto em pauta são as cotas raciais, o que vemos são disciplinas divididas (FRY, 2007). Por esse motivo, este trabalho pretende evidenciar alguns traços de algumas das intervenções públicas de cientistas sociais na polêmica supracitada. Através de uma análise dos discursos por eles produzidos e publicizados na imprensa, pretendemos jogar luz sobre um dinâmica interna à controvérsia pouco estudada até o presente momento. A participação desses intelectuais na polêmica das cotas tem tido impactos relevantes na própria dinâmica interna das ciências sociais, não somente pondo em questão todo um histórico de estudos sobre as relações raciais, mas também remodelando os valores que norteiam a atividade pública dos acadêmicos brasileiros.

Desde a participação de Emile Zola no conhecido *affair Dreyfuss*, o termo “intelectual” aponta para uma espécie de personagem social que tenta converter

¹ Àquela época, diretora do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes.

² Pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

um prestígio propriamente cultural em autoridade política na esfera pública (JACOBY, 1990). O caso Dreyfuss, certamente não “criou” a categoria intelectual. Sua relevância histórica está no fato de ter chamado Zola e seus contemporâneos a uma vocação política até então negada por eles e que sedimentou, sobretudo após a absolvição do capitão Dreyfuss, um novo tipo de autoridade pública até então ignorada. Ao mesmo tempo, a própria cunhagem e difusão do termo permitiu que um grupo até então sem fronteiras definidas (DARNTON, 1986) se “objetificasse socialmente” (BOLTANSKI, 1984).

Tal trabalho de mediação traz à tona as ambivalências do intelectual enquanto uma personagem bidimensional que, por isso mesmo, pode ser classificado (ou desclassificado) enquanto traidor dos valores de seu grupo de origem ou, inversamente, enquanto intelectual não suficientemente engajado (BOBBIO, 1997). Por isso que durante a ocorrência de controvérsias pública que contam com a participação de acadêmicos, literatos, artistas ou outros grupos culturais tendem a fomentar debates sobre os limites das intervenções públicas dos intelectuais, quase sempre em busca da fronteira entre a intervenção política e intelectual legítima e o que chamamos aqui de “imposturas intelectuais”.

Em se tratando de uma reflexão de intelectuais sobre si próprios, essas controvérsias de intelectuais sobre intelectuais são fundamentalmente momentos de auto-reflexão que contribuem sobremaneira para a reformulação do próprio conceito de intelectual e para a objetivação da autoridade intelectual perante uma esfera pública maior. Enquanto agente que pretende conjugar certos valores opostos, como compromisso político e independência moral, o intelectual está suscetível não somente às críticas externas e ao anti-intelectualismo, mas principalmente às críticas dos seus pares. Precisamente por lidar com tais ambigüidades, o intelectual sempre é um potencial traidor de seu grupo, seja por não ser fiel ao princípio de coerência lógica ou independência política que o caracteriza, seja por não estar à altura da missão política e engajada que o definiria. Norberto Bobbio torna a questão esclarecedora quando afirma que tanto ação quanto inação política por parte do intelectual não estão livres de antinomias: *“Na medida em que se faz político, o intelectual trai a cultura; na medida em que se recusa a fazer-se político, a inutiliza”* (1997, p 22).

A partir disso, pretende-se analisar as características dos textos sobre as cotas raciais assinados por cientistas sociais e publicados em jornais de grande circulação nacional. O principal objetivo é entender como os autores em questão construíram seus textos e quais posturas discursivas adotaram perante o debate. Mais precisamente, interessou elencar quais foram as imposturas intelectuais denunciadas no decorrer da polêmica por aqueles que participaram dela. Para os fins da pesquisa, foram compilados os textos assinados por ao menos um cientista social e que discutissem as cotas raciais em, no mínimo, um parágrafo da comunicação. Considerei “cientista social” qualquer acadêmico, brasileiro ou não, ligado por vínculo profissional a um departamento ou instituto de pesquisa e que tenha investigado, ao longo de sua trajetória acadêmica, questões ditas sociais ou políticas. Isto engloba não somente sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, mas também historiadores, filósofos, geógrafos, economistas etc.

Como a entrada das cotas na pauta de discussão pública brasileira coincide com a tomada de posição do governo federal a favor das ações afirmativas para negros em 2001, durante a Conferência Contra o Racismo realizada em Durban, decidimos escolher esse ano como o marco inicial do nosso recorte cronológico. A pesquisa avança até o ano de 2007 (período mais recente à realização da pesquisa). No que se refere aos periódicos escolhidos, o critério adotado foi o grau de influência política, bem como o perfil das publicações, a saber, direcionadas à discussão de temas de interesse público com relativa recepção pelas elites econômicas e políticas no Brasil. Seguindo esse critério, a pesquisa se baseou nos textos publicados no jornal *Folha de S. Paulo* e no jornal *O Globo*. Na escolha também pesou a necessidade de incluir jornais dos estados da federação mais relevantes política e economicamente (Rio de Janeiro e São Paulo). Os textos jornalísticos foram acessados nos *clippings* mantidos por 4 núcleos dedicados ao monitoramento e avaliação das ações afirmativas raciais brasileiras: Observatório de Acompanhamento de Ações Afirmativas no Ensino Superior (Observa); Programa de Políticas da Cor (PPCor); Afrobras; e Universia. Sabe-se que os diferentes programas de seleção e indexação de textos mantidos por tais núcleos podem conter algum viés ligado à sistemática de busca escolhida. Justamente por esse motivo, decidiu-se trabalhar com diferentes *clippings* feitos por instituições diversas.

De saída, deve ficar claro que nosso objetivo no presente texto não foi "denunciar" as imposturas intelectuais de qualquer cientista social que escreveu sobre as cotas em um dos jornais selecionados. Ao contrário, nosso objetivo foi inventariar todas as denúncias presentes no recorte supracitado para averiguar até que ponto elas ajudam a pensar os valores morais que norteiam a intervenção pública dos cientistas sociais. Em resumo, mais do que uma sociologia crítica do engajamento intelectual, pretendemos contribuir aqui para uma sociologia *das* críticas tais quais formuladas pelos agentes em questão, na esteira do paradigma sociológico formulado por Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999).

1 – Posturas Intelectuais na Imprensa

Nos termos de Valerie Robert, "*a característica principal de uma polêmica é que ela se desloca e se deforma ao mesmo tempo em que ela se desenrola, o deslocamento ocasionado por assim dizer expressa as fricções que mudam igualmente sua forma*" (ROBERT, 2003, p. 22). Logo, as "digressões" que caracterizam a controvérsia, ou numa linguagem mais coloquial, o fato de "um assunto levar ao outro", são conseqüências lógicas (pragmáticas) de um tipo de polêmica cuja resolução em geral depende menos do potencial de convencimento dos envolvidos do que da variedade dos argumentos mobilizados. A partir disso, analisaremos a seguir alguns tipos de digressões que "desviaram" o assunto das cotas na direção de temas como o próprio debate e a intervenção de intelectuais nele.

As diferentes argumentações de cientistas sociais não raro problematizaram a controvérsia em si. Tais discursos traduzem as posturas dos autores que, na condição de intelectuais, procuraram de diferentes formas construir uma distância crítica perante um debate eminentemente político. Deste modo, esse primeiro tipo de digressão se refere à transformação do debate em si num objeto a ser problematizado. A seguir, um exemplo de como tal enquadramento esteve presente na controvérsia, extraído de um artigo publicado em *O Globo* pelo historiador José Murilo de Carvalho:

“Grande confusão semântica entrava o debate sobre políticas voltadas para minorias sociais. Trata-se do uso dos termos cota e ação afirmativa como se fossem sinônimos. Colunas de jornalistas, artigos de sociólogos, declarações de autoridades, todas cometem a mesma confusão. Defende-se ação afirmativa na presunção de se estar defendendo cota”. (José Murilo de Carvalho, *O Globo*, 12/3/2003).

O excerto acima citado não toma como objeto de análise as cotas em si ou qualquer outro tema correlato. O objetivo prioritário do autor é problematizar aquilo que ele chama de “confusão semântica que entrava o debate” (idem). Logo, ainda que no decorrer do texto Carvalho explicita suas ressalvas em relação às políticas de cotas, este objeto de discussão aparece secundariamente. Antes de passar à análise dos significados desse tipo de enquadramento, vale à pena citar outro exemplo de digressão semelhante, extraído de um texto do cientista social e demógrafo José Luis Petrucelli:

“A polêmica em torno da implementação de políticas compensatórias está levando a tomadas de posições não isentas de certo sectarismo. Em voga no momento, a discussão sobre a proposta já aprovada em algumas universidades públicas e instituições do Estado de estabelecer uma reserva de vagas para a população negra vem acirrando posicionamentos. Razões de peso são esgrimidas a favor ou contra, mas nem sempre se atendo com objetividade aos fundamentos e ao alcance da medida” (José Luis Petrucelli, *O Globo*, 7/11/2002).

Para os presentes fins, interessa destacar dois pontos de contato entre os textos mencionados. Primeiro, os dois fragmentos reclamam de uma suposta falta de rigor conceitual entre os participantes da controvérsia. Para Carvalho, os entraves que embarçam o debate têm origem na confusão conceitual entre os termos “cota” e “ação afirmativa”. Já para Petrucelli, haveria uma recorrente confusão quanto aos fundamentos conceituais da medida. O segundo ponto em comum se refere ao fato de ambos os textos não se restringem ao exame do debate, mas também se constituírem em explícitas tomadas de posição em relação às cotas.

Em outras palavras, parte-se de um posicionamento inicial que busca analisar “a polêmica” ou “o debate” em detrimento das cotas em si, para outra postura, explicitamente crítica ou apologética das cotas. Os autores constroem uma distância em relação ao tema do debate (as cotas raciais) para em seguida transformar em objeto o próprio debate. Porém, tal distanciamento é parte de uma estratégia para legitimar uma dada posição em relação às cotas:

“Ação afirmativa é coisa boa, deve ser incentivada e multiplicada em suas modalidades. Cota na universidade não é coisa boa e deve ser evitada. Não se defende cota apelando para a correção de injustiças históricas - isso é defesa geral da ação afirmativa” (José Murilo de Carvalho, *O Globo*, 12/3/2003)

“É preciso levar em conta medidas alternativas ao regime de cotas aventadas pelos que se dizem contrários a sua implementação (...). Nessa linha, pode-se concordar com o ditado chinês que afirma ser preferível ensinar alguém faminto a pescar que dar-lhe de comer. Em termos. A fome de quem está pedindo uma esmola para comer não diminui nem um pouco com o avanço de medidas de médio prazo, na luta por uma sociedade mais justa. O pedinte quer comer agora. Ou como dizia Betinho, “quem tem fome, tem pressa”. Mas se “a gente não quer só comida”, o caminho a ser empreendido é longo” (José Luis Petrucelli, *O Globo*, 7/11/2002).

Os textos de Carvalho e Petrucelli são importantes na medida em que são típicos de um grupo de intelectuais que se colocaram na controvérsia a partir de uma postura distanciada do tema em questão, adotando uma estrutura argumentativa que, inicialmente, busca apreender “o debate” em detrimento da dinâmica das cotas propriamente ditas. Isto, porém, não implica uma postura “neutra” em relação ao tema central do debate, pois os dois textos contêm tomadas de posição explícitas em relação às cotas. Os dois constroem, portanto, uma crítica que visa a um só tempo compatibilizar um envolvimento direto com a questão das cotas e um distanciamento em relação à mesma questão.

Tal postura está calcada na visão implícita que entende o cientista social como aquele agente “externo” a quem caberia fazer retificações conceituais com o intuito de fazer com que o debate avance. Nem Carvalho, nem Petrucelli buscam “resolver” o debate ou fazê-lo pender para um dos lados. Antes, eles afirmam a necessidade de que alguns pontos cegos sejam desatados para que a discussão possa fluir e, quem sabe, chegar a algum consenso. Toda controvérsia pode ser encarada de duas formas opostas: ou como uma competição agonística onde se busca a supressão da opinião alheia, ou como uma oportunidade para o estabelecimento de consensos através da prática argumentativa (DASCAL, 2000). Vistos de uma perspectiva relacional, isto é, em contraposição aos demais artigos

que compõem o corpus de pesquisa, os textos supracitados estão mais próximos de uma concepção da controvérsia enquanto um caminho para o estabelecimento de consensos. A crítica ao “sectarismo” ou “imprecisão conceitual” das posições presentes no debate é realizada com o intuito (declarado nos textos) de “desentravar” o debate, de permitir que ele encontre uma solução.

Todavia, no ano de 2004 há uma mudança significativa nas posturas discursivas, exemplificada pelos dois excertos citados. Primeiramente, é preciso lembrar que 2004 é o ano em que ocorre a entrada definitiva dos cientistas sociais no debate: entre 2001 e 2003, foram catalogados 10 intervenções assinadas por cientistas sociais, enquanto no ano de 2004 esse montante pulou para 21. Em 2004, a “distância crítica” descrita na seção anterior e dominante nas intervenções até então é deslocada para um segundo plano. Em vez de intervenções sobre o debate enquanto uma entidade abstrata, fala-se mais das “posições contrárias”. As críticas agora têm alvos, algumas vezes nomeados, e não mais se explicita o objetivo de desobstaculizar o debate e permitir que ele “progrida”. Abaixo, um fragmento em que essa crítica às posições contrárias aparece de maneira explícita:

“No âmbito das manifestações contrárias às propostas de reserva de vagas nas universidades públicas para os negros, os pobres ou os oriundos das escolas públicas, multiplicam-se aquelas que se pautam pela preocupação com a queda da qualidade do ensino superior público e aquelas que consideram os exames vestibulares como a medida do mérito para o ingresso nas universidades públicas. Em ambos os casos existem equívocos que merecem ser reparados. Em primeiro lugar, o sistema educacional é um sistema que se auto-alimenta e, por isso, também se autodestrói (...)” (Azúete Fogaça, O Globo, 30/6/2004).

O texto de Azúete Fogaça, especialista em educação da UFJF, não mais fala “do debate” ou “da polêmica” como um todo. As críticas agora são dirigidas às “manifestações contrárias” às cotas para negros, pobres e oriundos de escolas públicas. Ainda que a transição terminológica pareça sutil, deixar de falar do debate para falar das manifestações contrárias significa diluir a distância existente entre o intelectual que intervém e a controvérsia como um todo. Não mais o intelectual se coloca como um analista do debate (portanto, exterior ao debate), mas sim de um lado do debate, portanto, dentro do debate. Ao contrário de Carvalho ou Petruccelli, Fogaça fala “da” controvérsia se colocando “na” controvérsia.

2 – Imposturas Intelectuais

Os limites do presente trabalho não permitem que exemplifiquemos mais detalhadamente as posturas intelectuais categorizadas. Resta apenas ressaltar que “debater o debate” e “criticar as críticas” foram duas estratégias discursivas diferentes adotadas por diversos cientistas sociais perante o debate. No entanto, à medida que aumenta consideravelmente a presença de intelectuais no debate, ao lado da distância crítica e da crítica direcionada alinha-se uma terceira postura intelectual: a “auto-crítica”. Ao contrário das outras duas posturas examinadas anteriormente, essas digressões se referem às intervenções avaliativas que julgaram a própria intervenção dos intelectuais no debate. O principal meio de realização dessas auto-críticas foram as denúncias de impostura intelectual³.

A seguir, esquematizamos algumas dessas denúncias, categorizadas em quatro tipos ideais. Importa notar que cada uma das categorias dessa tipologia tem está calcada em valores específicos e, por conseguinte, tem decorrências políticas peculiares.

2.1 – Primeira performance crítica: a denúncia da má-fé intelectual

Talvez os exemplos mais extremos de denúncias de impostura intelectual presentes no debate das cotas que se desenrolou na imprensa sejam as acusações trocadas pelo sociólogo e geógrafo Demétrio Magnoli (USP), e o sociólogo brasileiro norte-americano Edward Telles, vinculado à Universidade da Califórnia de Los Angeles. No artigo “A 5ª Internacional”, Magnoli acusa Telles de ter “pescado” na internet uma reprodução do manifesto de intelectuais contra as cotas de que falamos anteriormente, e publicado-a num boletim eletrônico ligado à *Brazilian Studies Association*. A impostura intelectual residiria no fato de Telles ter supostamente “falsificado” o título do manifesto, isto é, em vez de publicá-lo sob o rótulo de “Todos têm direitos iguais na República Democrática”, o título constante era “Manifesto da Elite Branca”. Interessa para os presentes fins evidenciar que Magnoli justificou suas acusações baseado na idéia de que Telles não só teria agido de má-fé, como também teria desrespeitado os mais caros valores da ética intelectual acadêmica:

³ Uma crítica a uma impostura intelectual deve ser diferenciada de uma mera discordância ideológica. As críticas às imposturas intelectuais estão mais próximas de um *argumentum ad hominem*, isto é, uma argumentação que visa não só desqualificar as opiniões opostas, como quem as advoga. Além disso, a denúncia de impostura intelectual visa desqualificar o seu alvo enquanto um intelectual, ou seja, na condição de um indivíduo reconhecido e, portanto, autorizado a intervir politicamente por um campo de produção cultural (BOURDIEU, 1996, p 370).

“Na academia, os intelectuais citam entre aspas e indicam rigorosamente as fontes. Telles faz isso nos seus trabalhos sobre raça e discriminação. Mas, na condição de intelectual-ativista, ele não se importa em falsificar o título e o sentido de um documento público que critica a doutrina da nova Internacional. Afinal, sua “ética de resultados” tem o fim útil de elevar o volume das caixas de som para encobrir as vozes que querem dialogar” (Demétrio Magnoli, Folha de S. Paulo, 29/6/2006).

O trecho citado é claro. Segundo Magnoli, Telles, imbuído de uma “ética dos resultados”, teria não só falsificado o título do manifesto como também rompido com a regra acadêmica de citar a fonte de onde ele teria sido retirado. Além disso, Magnoli considera que esta impostura é típica daqueles “(...) intelectuais-ativistas que se engajam na difusão internacional do modelo americano de ação afirmativa” (*idem*). É importante notar que a maior parte do artigo relaciona a impostura de Telles com sua história acadêmica, vista como estreitamente ligada ao perfil imperialista da Fundação Ford, da qual foi diretor regional entre 1996 e 2000 no Rio de Janeiro. Segundo Magnoli:

*“Telles foi diretor de programas da Fundação Ford (FF) no Rio de Janeiro na década de 90. A FF inspirou o multiculturalismo e os programas de cotas raciais nos EUA, atuando em estreita conexão com os governos Johnson (1963-69) e Nixon (1969-74). McGeorge Bundy, assessor de segurança nacional de Johnson, um entusiasta da Guerra do Vietnã (...). Sob Bundy, a fundação filantrópica, cujo portfólio atual de investimentos ultrapassa US\$ 10,5 bilhões, transformou-se num aparato ideológico internacional. Nos EUA, na África e na América Latina, o dinheiro da filantropia passou a irrigar movimentos e ONGs de cunho “étnico” ou “racial”. Nos EUA, vultuosos financiamentos da FF “convenceram” universidades a criar disciplinas voltadas para a produção de identidades raciais, com sistemas de admissão baseados em cotas. Paralelamente, milhares de bolsas de estudos foram direcionadas para a formação de intelectuais-ativistas que se engajam na difusão internacional do modelo americano de ação afirmativa.” (*idem*)*

Torna-se evidente que a impostura de Telles é emoldurada por um quadro interpretativo que põem em dúvida sua independência intelectual. Na condição de um intelectual que “se faz político” (BOBBIO, 1997, p 22), ou nos termos de Magnoli, de um “intelectual-ativista”, Telles “traiu” os valores acadêmicos, isto é, submeteu o conhecimento e a verdade a uma ética política dos resultados ligada aos interesses da Fundação Ford. O texto também insinua que Telles faria parte, como objeto e sujeito, de um processo milionário de disseminação de uma ideologia multiculturalista através de “vultuosos financiamentos” (Demétrio Magnoli, *Folha de S. Paulo*, 29/6/2006).

Pouco mais de duas semanas após a publicação do artigo, Edward Telles publicou uma resposta em que classifica o texto de Magnoli como uma dentre as várias *“práticas intimidadoras que buscam deslegitimar aqueles que, (...) fundamentados em vários anos de pesquisa e análises empíricas rigorosas, defendem políticas de cunho racial”* (Edward Telles, *Folha de S. Paulo*, 12/7/2006). Telles argumenta que teria apenas repassado aos diretores da BRASA o documento que circulava pela internet. Ainda que manifeste sua repugnância em relação ao título da mensagem eletrônica (*“Manifesto da Elite Branca”*), ele afirma que optou por ser fiel às fontes – ao contrário do que Magnoli afirmara – e reproduzir o texto tal como o havia recebido em seu e-mail. Nas palavras de Telles: *“fiz aquilo que fazemos todos que usamos a internet para veicular idéias, debates e propostas. Coloquei à disposição o documento, informando como estava sendo veiculado”* (*idem*). Vale chamar a atenção para o fato de que Telles afirma não só a impropriedade da crítica de Magnoli em relação à desobediência ao imperativo acadêmico da citação das fontes, como foi justamente o fato de tê-lo obedecido que desencadeou uma polêmica. Ainda que discordasse do título do e-mail, Telles afirma que não poderia alterá-lo justamente por ser fiel às fontes.

Contra a argumentação de Magnoli, que ataca sua história acadêmica e questiona sua independência intelectual, Telles mobiliza uma série de elementos que atestariam o capital acadêmico por ele acumulado ao longo de sua trajetória, chancelado por variadas e reconhecidas instituições acadêmicas:

*“Porque trabalhei nessa fundação [Ford] na área de direitos humanos, Magnoli me descreve como intelectual ativista que defende os direitos das “minorias”. Na minha visão, compartilhada não apenas por colegas brasileiros igualmente funcionários da Ford, mas por inúmeros outros acadêmicos, atuantes e representantes de diversos setores da sociedade brasileira, sempre foi importante investir nas demandas de grupos minoritários, sejam negros, mulheres, gays ou indígenas, para fazer valer suas vozes e suas lutas no processo democrático. No meu livro “Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil”, que ganhou da American Sociological Association o prêmio de melhor livro em 2006, explico com rigor por que sou a favor de políticas que consideram a cor das pessoas, para além daquelas que devem ser garantidas sem discriminação de qualquer tipo a todos os cidadãos de um país”. (*idem*).*

A resposta de Telles encerra-se com palavras que devolvem à Magnoli as críticas feitas anteriormente: *“(...) se avançar no debate significa destruir quem pensa diferente, falsear intenções e escamotear a verdade, então o risco de sermos ineficazes e inócuos na nossa ação é grande. Com isso, não estaremos ajudando a combater com efetividade o racismo”* (*idem*). As farpas trocadas entre Demétrio Magnoli e Edward Telles são excelentes exemplos de críticas de intelectuais a outros intelectuais. Mais

que uma mera divergência de opiniões ou um anedota pinçada da controvérsia das cotas, ambos os textos colocam em dúvida a idoneidade dos intelectuais envolvidos e, portanto, podem ser lidos como críticas direcionadas a supostos “impostores” da atividade acadêmico-sociológica, cujos atos e história deveriam ser suficientes para a “excomunhão intelectual”. Em resumo, os dois casos nos ajudam a nos aproximar da gramática moral da intervenção política do intelectual.

2.2 – Segunda performance crítica: a denúncia de irresponsabilidade intelectual

No embate entre Telles e Magnoli subjaz a idéia de que o denunciado teria agido por pura perfídia intelectual. Obviamente, este é um exemplo extremo de troca de acusações. Em outros casos, as críticas são construídas de uma maneira muito mais sutil. Este é o caso, por exemplo, das críticas dirigidas pelo antropólogo Peter Fry (UFRJ) aos “mentores do sistema de cotas da UnB” (Peter Fry, *O Globo*, 14/4/2004), leia-se, os também antropólogos José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato. Neste caso, Fry critica uma suposta “ingenuidade” da parte de Segato e Carvalho que teriam sido surpreendidos pela forma como o sistema de cotas da UnB terminou sendo implementado.

A discussão em torno do sistema de cotas da UnB girou em torno da comissão de verificação racial estabelecida para determinar o pertencimento racial dos candidatos às cotas. É importante frisar que o projeto inicial proposto por Carvalho e Segato não continha nenhuma referência a tal comissão, determinando que as vagas deveriam ser distribuídas de acordo com a auto-declaração do candidato (CARVALHO e SEGATO, 2002, p. 25). Para Fry, contudo, “a decisão da UnB de fotografar os candidatos e estabelecer uma comissão para averiguar o status racial deles é absolutamente consistente com a lógica que está por trás das cotas” (Peter Fry, *O Globo*, 14/4/2004). Segundo o antropólogo, como as cotas visam compensar as desigualdades criadas pelo racismo, é forçoso para o seu funcionamento que se defina os indivíduos objetos de discriminação o que, de algum modo, implica reiterar tal racismo.

Para além da validade ou não da comissão de verificação racial da UnB, importa mencionar que Fry não somente criticou a criação da comissão, mas também a ingenuidade dos “mentores intelectuais das cotas”, os quais não somente estavam cegos para a “lógica das cotas”, como também propuseram uma “aliança com o movimento negro” sem levar em conta as dissonâncias entre suas idéias e os pleitos destes últimos. Nos termos de Fry, “há uma lição importante nessa história: que a perspectiva dos militantes negros e a dos seus aliados não são necessariamente as mesmas” (*idem*). Implicitamente, subjaz às palavras de Fry uma censura à ausência de uma “ética da responsabilidade” (WEBER, 2004, p. 115) por parte dos intelectuais que propõem e formulam sistemas de cotas sem, contudo, levarem em conta os efeitos perversos que os jogos propriamente políticos podem exercer sobre suas intervenções.

Alguns outros textos contêm críticas à idéia de que alguns intelectuais estariam afoitamente agindo de acordo com suas convicções, não levando em consideração, porém, os possíveis problemas de uma política de cotas. Numa intervenção anterior àquela em que comenta as imposturas de Edward Telles, Demétrio Magnoli afirma que haveria o risco do Brasil se transformar numa nova Ruanda caso optasse pela implantação de políticas que resultassem na “*produção oficial de identidades ‘raciais’ ou ‘étnicas’*” (Demétrio Magnoli, *Folha de S. Paulo*, 19/8/2005). No artigo, ele comenta o lançamento de um filme (*Hotel Ruanda*) que retrata os acontecimentos que levaram à guerra civil em Ruanda, na qual dois grupos sociais (tutsis e hutus) teriam sido convertidos pelos poderes coloniais em duas facções étnicas opostas. Numa passagem do texto, Magnoli afirma que

“Etnólogos e historiadores deram a sua contribuição, fabricando ‘cientificamente’ narrativas sobre as origens e migrações dos dois grupos. Manuais vulgares repetem, até hoje, essas narrativas históricas. Os sábios europeus também ‘provaram’ que os tutsis são mais altos e exibem porte mais elegante e narizes mais finos que os hutus.”
(*idem*).

E encerra o texto sugerindo que “(...) os distribuidores do filme emitam convites especiais para o presidente Lula, a ministra das cotas raciais, Matilde Ribeiro, a comissão do vestibular da Universidade de Brasília, que fotografa candidatos para comprovar sua negritude, e os responsáveis pelo censo escolar racial de 2005” (*idem*). Em resumo, os artigos de Peter Fry e Demétrio Magnoli compartilham da idéia de que os intelectuais que intervêm politicamente com o intuito de estabelecerem e difundirem cotas raciais não estariam igualmente atentos à lógica contingente do jogo político. Propor um sistema de cotas, mais que uma forma de defender uma política de ação afirmativa, poderia resultar na adoção de práticas de racismo institucional e criar conflitos sociais. Em outros termos, ao se comprometerem com uma política, os intelectuais não estariam se comprometendo com as responsabilidades que caracterizam os homens políticos.

2.3 – Terceira performance crítica: a denúncia da indiferença política

As denúncias de imposturas intelectuais analisadas até aqui reclamam, de algum modo, da “infidelidade” de alguns intelectuais em relação às regras tácitas de uma suposta moralidade acadêmica. Não citar fontes, desrespeitar as posições discordantes colocadas no debate, não levar em conta os possíveis efeitos perversos da política de cotas etc. são críticas levantadas por intelectuais que defendem valores em última análise relacionados às responsabilidades éticas típicas dos homens de ciência. Entretanto, um conjunto específico de denúncias de imposturas intelectuais se direciona a condutas diametralmente opostas, a saber, aquelas que por um zelo excessivo em relação a uma “ética acadêmica” se tornariam

indiferentes aos problemas políticos da sociedade em geral. Ao serem excessivamente zelosos em relação a uma ética científica, alguns intelectuais foram censurados pela indiferença política a que tal ética levaria.

Tais críticas cobram dos intelectuais envolvidos na controvérsia mais envolvimento político, o que significa não ser indiferente aos problemas dos grupos sociais mais desfavorecidos. Não raramente, estes intelectuais construíram uma interessante discussão sobre os “bons” e “maus” usos da ciência. A idéia de fundo é a de que se deveria utilizar os conhecimentos acumulados pelas ciências naturais e sociais em prol do bem-estar social, e não somente como “verdades” absolutas que devem ser expostas acima de tudo. Talvez o antropólogo Otávio Velho tenha sido o mais contundente crítico dos usos das ciências por alguns contendores do debate das cotas. De modo geral, ele defende que a problemática das cotas não pode ser vista como “(...) *uma questão da ‘Ciência’, com ‘c’ maiúsculo, mas sim uma questão política*” (Otávio Velho, *Folha de S. Paulo*, 15/9/2006). Quando condena as referências feitas às “‘Ciências’ com ‘c’ maiúsculo”, Otávio Velho faz uma alusão direta ao reiterado argumento de que as “raças humanas” não existem geneticamente e, portanto, qualquer política de cunho racial seria incoerente. Para ele, mobilizar a ciência como uma forma de condenação das cotas significa relegar a um segundo plano o bem-estar de homens concretos em prol de um cientificismo não necessariamente correto e, sobretudo, deslocado de contexto:

“Mas, obviamente, tentar desviar o assunto das cotas para uma discussão científica sobre a existência de raças é também parte de uma estratégia e de uma disputa corporativas que não devemos compartilhar, reveladora de uma disposição em que supostas verdades, válidas em âmbito restrito, parecem se tornar mais importantes que o bem-estar dos seres humanos concretos (já houve até declarações no sentido de restringir recursos para o tratamento da anemia falciforme!).” (idem)

O trecho supracitado não só critica os usos dos princípios de cientificidade e objetividade num debate político, como também considera que tal prática se relaciona a um corporativismo intelectualista indiferente ao “bem-estar de seres humanos concretos”.

Numa resposta ao texto mencionado, a também antropóloga Yvonne Maggie defende que seria precisamente Otávio Velho que estaria fazendo um mau uso da ciência. Segundo Maggie, ao colocar em dúvida a veracidade das teses científicas que refutam a idéia de raças humanas, Velho termina abrindo margem para que se pense que talvez elas existam biologicamente. A crítica ao cientificismo realizada por Velho poderia, segundo Maggie, ajudar a reiterar outro cientificismo muito mais perigoso, pois eugênico. Na visão da antropóloga, quando Otávio Velho expõe as múltiplas visões científicas sobre a idéia de raça com o intuito de mostrar que a ciência não deve ser tomada como fonte da verdade absoluta, termina “traindo” um longo e árduo trabalho, não só de biólogos, mas também de antropólogos como ele, que lutaram para desnaturalizar a idéia de raça. Nas

palavras de Maggie: *“ironicamente, o que a antropologia e outras ciências demoraram décadas para reverter (desnaturalizar a idéia de ‘raça’, situando-a como uma invenção sociocultural) é recolocado como fato por Otávio Velho”* (Yvonne Maggie, *Folha de S. Paulo*, 11/10/2006).

Ambos os textos problematizam os efeitos políticos de uma desconstrução da ciência. Azuete Fogaça, também foi uma das autoras que colocou em questão os usos das ciências pelos debatedores como uma expressão de indiferença intelectual perante às injustiças raciais presentes no Brasil. O argumento central de Fogaça é que em vez de utilizar a ciência como parâmetro de condenação do racismo – posto que raças não existem biologicamente – utiliza-se a ciência justamente para negar a existência do racismo:

“Dos meios acadêmicos vem ainda o argumento da inexistência de raças entre os seres humanos, indicativo de que o racismo não existe. Tal entendimento exige uma ginástica mental formidável porque, ao invés de se usar a ciência para mostrar a irracionalidade do racismo e condená-lo, usa-se para negar o racismo enquanto realidade concreta e histórica” (Azuete Fogaça, *O Globo*, 25/6/2006).

Não somente o uso das ciências naturais – leia-se, biologia e genética – foi alvo de críticas, mas também as formas como os cientistas ciências sociais mobilizaram os próprios conhecimentos históricos e sociológicos. O princípio norteador desta crítica vai além da idéia weberiana de que a ciência não pode subsidiar compromissos políticos fixos. Presume-se que não só os conhecimentos biológicos e genéticos não podem ser isolados dos interesses sociais, mas, sobretudo, que todo conhecimento do social e da história humana é formulado por sujeitos historicamente situados. Segundo Martha Abreu:

“Em documento encaminhado no último dia 30 de junho [manifesto], diversos especialistas em estudos das relações raciais e da história da escravidão usam a História, e seus exemplos, para combater os referidos projetos de lei. Ora, sabemos o quanto a História, entendida como disciplina de conhecimento, não possibilita apenas uma única versão do passado. Sempre foi presa de seus intérpretes; legitimadora de movimentos políticos do presente. E esse é exatamente o caso no momento: uma disputa em torno dos significados do passado, especialmente do passado escravista” (Martha Abreu, *O Globo*, 14/7/2006).

Em suma, o papel que ciência deveria ter no debate depende não somente do conteúdo de suas teses, mas dos interesses da coletividade. Abstraídas dos contextos em que são formuladas e aplicadas, as teorias da biologia, da genética, da antropologia ou da história perderiam seu valor. O que tem importância, contra qualquer puritanismo científico, seriam os efeitos que teorizações deslocadas de

contexto teriam sobre um debate público. Logo, ainda que “bem informada”, nenhuma instrumentalização das ciências estaria livre de antinomias.

Como defendeu o antropólogo Márcio Goldman em uma resenha publicada em meados de 2007 na *Folha de S. Paulo*, o fato do conceito de “raça” ser condenado pela mesma ciência que durante muitas décadas defendeu o mesmo conceito, já seria *per se* um motivo para colocarmos em dúvida a autoridade da ciência no debate. Para ele, é curioso que tal relativização da “autoridade científica” não se apresente nos discursos contra as cotas daqueles cientistas sociais “acostumados” a lidar com a “mistura de ciência e interesses”:

*“Intelectuais acostumados a lidar com a construção social do conhecimento, a inextricável mistura de ciência e interesses e a pôr os fenômenos em seu contexto, deveriam admitir que a recusa do conceito de raça pela genética não significa a ‘descoberta’ de que raças não existem. E que essa recusa não tem o poder de fazer calar categorias homônimas utilizadas por outros agentes sociais em suas lutas. Isso não ocorre apenas quando se evoca a ciência para garantir a inexistência das raças, mas também quando se opõe a ‘verdadeira’ história da África ou a estrutura ‘real’ da sociedade brasileira ao que se considera meras ilusões. ‘Desessencializar’ é tarefa complexa, especialmente quando, via de regra, consiste na substituição de uma essência por outra.” (Márcio Goldman, *Folha de S. Paulo*, 16/6/2007).*

2.4 – Quarta performance crítica: a denúncia de falta de rigor acadêmico

Os usos da ciência ou dos conhecimentos acumulados pelas diferentes disciplinas acadêmicas não só foi criticado pelo fato de atender a interesses descolados das antinomias da realidade. Reiteradas denúncias de imposturas intelectuais foram dirigidas àqueles que supostamente haveriam “deturpado” dados históricos, estatísticas sociais, teorias reconhecidas etc. Estas imposturas intelectuais estariam, portanto, muito mais próximas ao sentido dado à expressão por Alan Sokal (SOKAL e BRICMONT, 1999). Ainda que tais críticas tenham sido numerosas, talvez seja profícuo analisar um caso em que as acusações levantadas estiveram ligadas a estes tipos de uso do conhecimento acadêmico.

Estamos falando do artigo “Aos congressistas, uma carta sobre cotas”, publicado pelo então diretor de jornalismo de Rede Globo de Televisão, Ali Kamel. Apesar de graduado em ciências sociais, Kamel se notabilizou na atividade jornalística e ocupa nos dias de hoje talvez um dos postos mais altos da hierarquia midiática brasileira. A opção por excluir seus textos do *corpus* não deve esconder sua condição “fronteiriça” à luz do conceito de intelectual aqui trabalhado. Provavelmente, ele é um dos mais ativos participantes do debate das cotas, possuindo, inclusive, uma livro sobre o assunto muito referido (Cf. KAMEL, 2006). Assim sendo, a recepção de seu texto pelos cientistas sociais acadêmicos indica também como as argumentações de um intelectual não-acadêmico foram tratadas.

De modo resumido, pode-se dizer que o texto pretende passar em revista as estatísticas sobre desigualdades raciais produzidas por órgãos de pesquisa oficiais como o IBGE. O cerne do argumento do autor é que “os números não mentem, mas enganam quem não os sabe ler” (Ali Kamel, *O Globo*, 16/11/2004). Para tal, o autor expõe no textos os critérios que nortearam a construção analítica de coortes populacionais e os compara, cita vários números e percentagens e, finalmente, defende que a sua tese estaria “provada” no famoso livro de Thomas Sowell “Ações afirmativas ao redor do mundo, um estudo empírico” (*idem*). Porém, além de uma análise crítica das leituras dos dados estatísticos, o texto é uma carta com um destinatário político evidente: os congressistas brasileiros que se encontravam prestes a votar o projeto de lei que regulamentaria a implantação de cotas raciais em todas as universidades federais brasileiras. Era, portanto, um texto próximo de um estilo de argumentação “acadêmico”, porém explicitamente endereçado aos “políticos”.

Antes de passar à recepção do texto de Kamel, é preciso lembrar que ele não foi o único a colocar em questão a utilização das estatísticas pelos atores pró-cotas. Entretanto, o diferencial de seu texto foi o fato de ele expor suas críticas a partir de dados estatísticos criteriosamente organizados. Não cabe aqui discutir a validade das críticas de Kamel. Pretende-se apenas analisar a recepção de seu artigo por dois outros textos. O primeiro deles é assinado pelos cientistas sociais do IBGE José Luís Petruccelli e Moema Teixeira. O artigo contém uma estrutura formal extremamente semelhante àquela presente na carta aos congressistas de Kamel. Assim como neste último, o texto de Petruccelli e Teixeira defende que existe uma forma equivocada de ler os dados. Porém é precisamente o artigo de Kamel que seria um “bom exemplo do que não deve ser feito com dados dessa natureza” (Petruccelli e Teixeira, *O Globo*, 6/12/2004). O centro da crítica se refere ao fato de que os coortes promovidos por Kamel reduziriam a possibilidade de inferência, posto que conteriam uma quantidade diminuta de indivíduos em comparação com a população nacional. Para além disso, o texto se encerra com uma citação da obra de Derek Bok e Willian Bowen intitulada “O Curso do Rio: um estudo sobre ação afirmativa no acesso à universidade”. Nitidamente, opõe-se à referência à obra de Thomas Sowell um outro trabalho famoso sobre ações afirmativas raciais, mas que leva a conclusões opostas.

O segundo artigo crítico de Kamel, escrito pela socióloga Vânia Penha-Lopes, realiza uma revisão do livro de Sowell com intuito de mostrar as insuficiências da leitura do mesmo feita por Kamel. Mesmo reconhecendo o valor empírico da obra de Sowell, Penha-Lopes defende, entretanto, que quando o autor norte-americano:

“argumenta, sem apresentar nenhum dado, que a ação afirmativa cria uma apatia entre os afro-americanos que os impede de se prepararem melhor intelectualmente, seu livro se torna menos ‘um estudo empírico’ e mais um ensaio pouco convincente sobre suas próprias convicções” (Vânia Penha-Lopes, *O Globo*, 20/12/2004).

Finalmente, a autora argumenta que ainda que Sowell contribua para o debate sobre a ação afirmativa, “*seu livro não é o tratado definitivo sobre esse assunto*” (*idem*). Existe aqui uma crítica à defesa feita por Kamel de que as políticas de ação afirmativa teriam resultados perversos e, sobretudo, de que “*tudo isto está provado em ‘Ações afirmativas ao redor do mundo, um estudo empírico’*, livro de Thomas Sowell” (Ali Kamel, *O Globo*, 16/11/2004, ênfase acrescentada).

O texto de Kamel e as duas recepções citadas expõem posturas discursivas estreitamente relacionadas. Temos nos três textos exemplos muito interessantes de como a “*crítica da crítica*” se dá quando as intervenções avaliadas são de autoria de intelectuais. No caso de Kamel, mantém-se constante a idéia de que “*dados não mentem*” para, a partir daí, criticar a leitura feita pelos defensores das cotas. É uma denúncia de uma suposta impostura intelectual própria dos cientistas sociais (sobretudo, demógrafos e estatísticos) que parte de um ente parcialmente deslocado do campo acadêmico. Não é gratuito, portanto, que a primeira reação tenha se originado entre os próprios alvos da crítica: cientistas sociais ligados ao IBGE.

Em suma, ambas as respostas a Kamel chamam à ordem uma iniciativa exterior de apropriação de práticas disciplinares. Todavia, não devemos confundir as críticas direcionadas ao mau uso que Ali Kamel faz das estatísticas e da bibliografia sobre o tema com as críticas presentes na seção anterior. Enquanto Otávio Velho, Yvonne Maggie, Martha Abreu, Márcio Goldman e outros demonstravam um receio quanto ao uso da ciência por atores desatentos aos possíveis efeitos sociais de suas idéias; Petruccelli, Teixeira, Penha-Lopes e o próprio Kamel estavam mais preocupados com o uso academicamente equivocado dos conhecimentos disciplinares. A ênfase não está mais nas decorrências, mas sim numa suposta falta de objetividade. São, portanto, dois conjuntos de exemplos opostos.

3 – Elogios ao Intelectual

Mas nem só de críticas, acusações, delações e denúncias se constituíram os momentos de auto-reflexão intelectual aqui analisados. Evidentemente, tais situações têm uma importância específica na medida em que alteram as fronteiras entre as intervenções intelectuais legítimas e as não-legítimas e, portanto, redefinem o intelectual enquanto personagem engajado politicamente. Todavia, silenciar em relação aos “*elogios*” aos intelectuais presentes no debate seria oferecer uma imagem demasiadamente agonística da intervenção dos intelectuais.

Um dos motivos que levou ao elogio da intervenção dos intelectuais no debate se prendeu à idéia de que os dissensos trouxeram, de algum modo, uma nova vida para as disciplinas acadêmicas envolvidas. O já mencionado antropólogo Otávio Velho, por exemplo, foi dos mais duros críticos das tomadas de posição dos seus pares, porém, teceu vários elogios ao clima de dissenso existente:

“Esse debate [das cotas] tem sido interessante justamente porque dividiu a antropologia brasileira. Mas não é só ela. Fomos obrigados, a meu ver, a fazer uma discussão produtiva a respeito das representações que tínhamos de Brasil, questionando até que ponto este papel da antropologia na construção de certo tipo de imagem de Brasil continua sendo produtivo para o fazer antropológico.” (Otávio Velho, O Globo, 29/10/2007)

Subjaz às palavras de Velho uma concepção vitalista da controvérsia como uma oportunidade surgida a partir de um contexto a primeira vista hostil e perigoso, porém profícuo para a criação de novas formas de pensar e agir. Enquanto Velho vê a controvérsia das cotas como causa de uma fissura disciplinar que pode abrir novos caminhos, o lingüista Carlos Vogt tendeu a considerá-la parte integrante de um histórico trabalho intelectual brasileiro. Segundo o autor, as cotas para negros fazem parte de *“um grande esforço intelectual [que o Brasil fez] para tentar resgatar as diferenças sociais decorrentes do modelo econômico que adotou no século XIX”* (Carlos Vogt, *Folha de S. Paulo*, 7/3/2003). Citando vários nomes do pensamento social brasileiro, Vogt insiste que tudo faria parte de um processo de longo prazo e insinua que a controvérsia seria apenas um sintoma das dificuldades operacionais *“próprias de iniciativas que propõem mudanças efetivas na sociedade”* (*idem*). Para além da posição explicitamente favorável às cotas do autor, cabe aqui ressaltar apenas como ele conecta o debate com a história intelectual brasileira, argumento em grande medida oposto ao de Velho na medida em que não vê a polêmica como um momento de crise, ruptura ou fissura, mas como uma continuidade.

Além dos impactos benéficos da controvérsia nas ciências sociais brasileiras – e dos impactos benéficos das ciências sociais na controvérsia – outro argumento comum foi o de que as cotas teriam incitado a realização plena do intelectual enquanto uma figura envolvida politicamente. Em 2006, o professor de economia da Universidade de Princeton José Alexandre Scheinkman já sugeria que os cientistas sociais não deveriam se omitir frente ao debate. Numa referência à polêmica norte-americana, Scheinkman adverte que o silêncio dos cientistas sociais brasileiros poderia levar aos mesmos erros que culminaram na proibição de cotas raciais nos EUA:

“Uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em 2003 proibiu a utilização de cotas (...). O voto foi apertado (5 a 4), e um dos dissidentes, o juiz Clarence Thomas, negro, mas reconhecido como o mais reacionário membro da corte, escreveu que a ação afirmativa prejudica as minorias, retardando o seu progresso. (...). Em resposta, o ex-presidente da Universidade Princeton William Bowen, co-autor de um estudo sobre a questão, declarou: “De alguma forma, os cientistas sociais devem dizer claramente aos juizes, mesmo ao Clarence Thomas, que a evidência (empírica) é relevante”. Bowen e Derek Bok, ex-presidente da Universidade Harvard, estudaram uma base de dados com 45 mil ex-alunos de algumas das instituições

americanas mais seletivas e concluíram exatamente o oposto do que Thomas escreveu no seu parecer". (José Alexandre Scheinkman, Folha de S. Paulo, 16/7/2006).

Um momento-chave da intervenção política dos cientistas sociais na controvérsia acerca das cotas raciais foi a entrega em 29 de junho de 2006 aos presidentes do Senado e da Câmara Federal de um manifesto contra a aprovação dos Projetos de Lei 73/1999 e o 3.198/2000, alcunhados de "Lei de Cotas" e "Estatuto da Igualdade Racial", respectivamente. Subscrito por nomes das mais diversas áreas, este manifesto foi seguido por uma resposta intitulada "Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial" que também contava com assinaturas de membros de diversos campos. Apesar da oposição entre os manifestos citados, pode-se atestar a partir das assinaturas constantes em cada um que ambos contaram com apoio maciço de acadêmicos, dentre os quais alguns são vinculados à longa tradição de estudos sobre relações raciais nas diferentes ciências sociais⁴.

Os manifestos, talvez as mais importantes expressões do dissenso intelectual em relação às cotas, também incentivaram reações positivas às intervenções dos intelectuais, ainda que da parte de autores distantes da controvérsia. Na edição de 9 de julho de 2006, por exemplo, o jornal *Folha de S. Paulo* convidou quatro intelectuais para opinarem sobre as cotas num fascículo especial. Dois deles foram questionados sobre a importância da mobilização dos intelectuais em relação ao assunto e opinaram positivamente. Coincidentemente ou não, ambos eram acadêmicos atuantes fora do país e relativamente distantes do debate. Um deles foi o filósofo Marcelo Dascal que, apesar de brasileiro, vive em Israel desde 1965. Segundo ele:

"A participação dos intelectuais é fundamental. Os intelectuais das universidades vivem do dinheiro público, e sua função é ajudar o público. As questões sérias são muito complicadas, com muitos prós e contras, e as pessoas precisam pesar as razões. O papel do intelectual é justamente fazer isso" (Marcelo Dascal, *Folha de S. Paulo*, 9/7/2006)

Respondendo a mesma questão o professor do departamento de português e espanhol da Universidade do Texas, em Austin (EUA), Leopoldo Bernucci acrescentou:

"É uma responsabilidade social dos intelectuais, e eles não podem ficar à margem do debate político nem se colocar apenas como indivíduos; é preciso que se agrupem e opinem de forma mais forte e consensual" (Leopoldo Bernucci, *Folha de S. Paulo*, 9/7/2006)

⁴ Ambos os manifestos foram acessados em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml> [acessado em 3/6/2008]

Todos estes trechos podem parecer gratuitos elogios de um fenômeno genérico. De fato, foram raros os momentos em que intelectuais diretamente envolvidos na controvérsia valoraram positivamente o debate, em geral visto como “pouco objetivo”, “polarizado”, “mesquinho” etc. O historiador Boris Fausto, por exemplo, chegou a afirmar que “*quem levanta dúvidas nessa temática [das cotas] tende a receber lambadas de ambos os lados*” (Boris Fausto, *Folha de S. Paulo*, 16/7/2006). Todavia, as opiniões reproduzidas nesta seção parecem fazer crer que a afluência – e a influência – de intervenções intelectuais no debate foi também vista como um sinal de que alguma coisa mudava no campo intelectual brasileiro. Ainda que a direção da mudança seja incerta e que pareça, para muitos, mais perigosa do que promissora, ela tem em si mesmo um significado e uma importância que merecem ser levados em conta.

4 – Considerações Finais

As ciências sociais têm a possibilidade de pensarem reflexivamente, transformando em objeto de estudo sociológico os próprios portadores do conhecimento sociológico. Por ser “inteiramente atravessada pelo seu objeto” (BOURDIEU, 2004, p. 35), é fundamental empreender pesquisas que busquem entender como “o conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo” (GIDDENS, 1991, p. 20), sobretudo nos momentos históricos em que os próprios cientistas sociais são sujeitos ativos no processo de transposição do conhecimento para cenários extramuros.

Mais importante do que isso, as ciências sociais têm a possibilidade de compreender a partir de seus métodos investigativos como uma determinada intelectualidade se legitima perante uma esfera pública maior. A objetivação do intelectual enquanto personagem social reconhecido socialmente implica um negociado processo de legitimação da própria intervenção intelectual. Este processo inclui a autonomização de campos de produção cultural, mas também pressupõe momentos de controvérsia capazes de cunhar e impor definições do que vem a ser um legítimo intelectual.

Dada sua condições limítrofe, o intelectual é quase sempre interpretado como um ator que busca conjugar características opostas: distância crítica e engajamento, conhecimento e ação, cultura e política, desprendimento e intervenção, teoria e práxis. Edward Said traduz essas ambigüidades inerentes ao intelectual utilizando a figura do “*exilado em sua própria terra*”: “*o intelectual sempre vive num estado intermediário, nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo*” (2005, p. 57). Vimos como as intervenções dos cientistas sociais na controvérsia pública das cotas estiveram submetidas a esse imperativo moral que impele o intelectual a encontrar equidistância entre os valores ditos acadêmicos e os valores ditos políticos.

Tanto as posturas de distanciamento em relação à controvérsia discutidas na primeira seção, quanto as denúncias de imposturas intelectuais discutidas na segunda seção e os elogios à participação dos intelectuais da terceira seção evidenciam a tensão envolvida no duplo compromisso a que todo intelectual está condenado. Com o intuito de melhor compreender o nosso objeto de estudo, talvez seja elucidativo retomar algumas denúncias de impostura intelectual presentes em outros momentos históricos. De modo geral, é possível notar que tais denúncias sempre buscam magnetizar o intelectual para um dos pólos que ele busca mediar. Porém, seria redutor afirmar que tais denúncias ou condenam o abstencionismo científico, ou censuram o engajamento político. Mais adequado seria interpretá-las como críticas que condenam as tentativas de conversão de capital simbólico (BOURDIEU, 1996, p. 292), isto é, as tentativas de conversão de um capital acadêmico em capital político, ou vice e versa.

Crítico da intromissão do cientista social, enquanto tal, nos assuntos políticos, Max Weber, por exemplo, já defendia que *“uma escolha entre compromissos definitivos não pode ser feita com os instrumentos da ciência”* (1980, p. 3). Por isso, os intelectuais envolvidos em debates políticos devem sempre tomar cuidado para não reivindicarem a *“autoridade protetora da ciência”* (*idem*). Obviamente, isto está longe de significar que o sociólogo alemão condene qualquer ação política por parte do cientista. A partir da história e dos textos de Weber, não é difícil perceber que ele pode ser facilmente visto como um intelectual. Assim sendo, seus alertas não podem ser confundidos como expressões de anti-intelectualismo.

Entretanto, como notou Ringer (2000), a posição de Weber estava recheada de ambigüidades e oscilações. Porém, mais que empobrecer sua obra, estas antinomias só evidenciam as tensões intrínsecas a qualquer intervenção intelectual. Talvez de forma um pouco caricatural, as palavras repetidas pelo filósofo Jean-Paul Sartre encarnem exemplarmente outro tipo extremo de acusação de impostura intelectual que combate *“a tentação da irresponsabilidade”* e os teóricos da *“Arte pela Arte”*, contrária àqueles cuja *“preocupação principal [é] fazer obras que não servem para nada”* (Sartre, 1999, pp. 127-8). Para Sartre não são os excessos da intromissão do intelectual na política que preocupam, mas o extremo oposto. O abstencionismo político caracterizaria uma impostura intelectual na medida em que negaria que toda reflexão é orientada por projetos políticos.

As visões de Weber e Sartre evidenciam que os limites entre intervenções intelectuais legítimas e as imposturas intelectuais são tênues e não raramente se tornam alvo de disputa. Tal disputa, por sua vez, tem o poder de alargar os horizontes de atuação legítima do intelectual, seja favorecendo a expansão da autoridade das esferas culturais sobre os debates políticos, seja reduzindo o espaço legítimo de atuação política dos homens de cultura. Em campos onde o pertencimento, a manutenção e a hierarquização são quase totalmente baseados no reconhecimento inter-pares, como é o caso do campo intelectual, a denúncia de uma impostura pode significar um quase *“homicídio intelectual”*, parafraseando a expressão *“homicídio civil”* de Bayle (apud BOLTANSKI, 1990, p. 239).

Pretendemos contribuir para esse debate com um estudo de caso. Mais do que uma solução para mais esse dilema da modernidade, nosso objetivo foi evidenciar a forma peculiar como tal dilema se reflete na controvérsia das cotas. Os discursos acadêmicos sobre a intervenção de cientistas sociais no debate das cotas indicam que a acusação de impostura intelectual é um ponto dos textos que merece atenção especial, pois carregam em si diferentes representações do intelectual. Muitos cientistas sociais ao problematizarem em seus discursos a validade da intervenção de intelectuais no debate o fizeram quase sempre com o intuito de condenar ou legitimar as intervenções de alguns de seus pares envolvidos na controvérsia. Para tal, mobilizaram implicitamente diferentes conceitos do que viria a ser um intelectual legítimo. Enquanto um “momento crítico” (BOLTANSKI e THEVENOT, 1999, p. 359) que busca apreender, questionar ou até mesmo “constituir” discursivamente um determinado momento de crise, a controvérsia das cotas “retoma mais intensamente o debate sobre *missão, função, papel* do intelectual, em que se impõem a recuperação da memória da atividade e o balanço da atuação desse personagem” (BASTOS e RÊGO, 1999, p. 12).

Bibliografia

- BASTOS, Elide; RÊGO, Walquíria. *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOLTANSKI, Luc. How a Social Group Objectified Itself: "Cadres" in France, 1936-1945. *Social Science Information*, v. 23, n.º 3, 1984.
- _____. *El Amor y la Justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 1990.
- _____; THEVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n.º 3, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. (2004). *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CARVALHO, José Jorge; SEGATO, Rita Laura. *Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília*. (Versão revisada e ampliada do texto preparado para a sessão do CEPE de 8 de março de 2002). Brasília, 2002.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DASCAL, Marcelo. Types of polemics and types of polemical moves. *In: Signs and Signification*, Vol. 2, New Delhi: Bahri Publication, 2000.
- FRY, Peter. Social scientists and the dispute over the meaning of race in Brazil. *In: Colloque: Les nouveaux essentialismes*, Unité de recherches, Constructions identitaires et Mondialisation – URCIM, Paris, 22, 23, 24 et 25 mai, 2007.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- JACOBY, Russel. *Os Últimos Intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Edusp e Trajetória Cultural, 1990.
- KAMEL, Ali. *Não Somos Racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- PEREIRA, Amauri Mendes. Um raio em céu azul: Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, n.º 3, 2003.
- RINGER, Fritz. *O Declínio dos Mandarins Alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.

- ROBERT, Valérie (Org.). *Intellectuels et polémiques dans l'espace germanophone*. Paris: PIA, 2003.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. Os Tempos Modernos – Apresentação. *In*: BASTOS, Elide; RÊGO, Walquíria. *Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.
- SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. *Imposturas Intelectuais*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- WEBER, Max. *Textos Seleccionados* (col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.

Textos de Jornal Citados

- ABREU, Martha. O espetáculo da diversidade. *O Globo*, 14/07/2006.
- BERNUCCI, Leopoldo. É um caso de justiça social, para redimir erros históricos. *Folha de S. Paulo*, 09/07/2006.
- CARVALHO, José Murilo. Ação afirmativa sim, cota não. *O Globo.*, 12/03/2003.
- DASCAL, Marcelo. A igualdade racial tem que ser igualdade cultural. *Folha de S. Paulo*, 09/07/2006.
- FAUSTO, Boris. O prisma desfocado. *Folha de S. Paulo*, 16/07/2006.
- FOGAÇA, Azuete. A culpa é dos negros e dos pobres? *O Globo*, 30/06/2004.
- _____. Parabéns, Mr. Blatter! *O Globo*, 25/06/2006.
- FRY, Peter. A lógica das cotas raciais. *O Globo*, 14/04/2004.
- GOLDMAN, Marcio. Obra silencia sobre lutas dos minoritários. *Folha de S. Paulo*, 16/06/2007.
- HERINGER, Rosana. É preciso discutir o racismo. *O Globo.*, 31/05/2001.
- KAMEL, Ali. Aos congressistas, uma carta sobre cotas. *O Globo*, 16/11/2004.
- MAGGIE, Yvonne. Duas histórias representativas. *Folha de S. Paulo*, 11/10/2006.
- MAGNOLI, Demétrio. O país das cotas e do genocídio. *Folha de S. Paulo*, 19/08/2005.
- _____. A 5ª Internacional. *Folha de S. Paulo.*, 29/06/2006.
- PENHA-LOPES, Vânia. O pecado de Thomas Sowell. *O Globo*, 20/12/2004.

PETRUCCELLI, José Luis. Cotas e Cidadania. *O Globo*, 07/11/2002.

_____; TEIXEIRA, Moema. Cotas nas universidades: o que não se diz. *O Globo*, 06/12/2004.

SCHEINKMAN, José Alexandre. A ação afirmativa nas universidades. *Folha de S. Paulo*, 16/07/2006.

TELLES, Edward. Políticas raciais: pelo debate franco e plural. *Folha de S. Paulo*, 16/07/2006.

VELHO, Otávio. Rei Nú. *Folha de S. Paulo*, 15/09/2006.

_____. A nação explodiu. *O Globo*, 29/10/2007.

VOGT, Carlos. O papel estratégico das cotas. *Folha de S. Paulo*, 07/03/2003.